

CI nº 13/2025 da Comissão Avaliadora do Processo de Gestão Escolar do ano de 2025.

Assunto: Orientações Complementares para Procedimentos de Votação em Situações Omissas no Decreto Municipal nº02 /2025.

Prezados,

A Comissão Consultiva para a Consulta Popular, no uso das atribuições conferidas pelo Decreto Municipal nº02 /2025, e visando garantir a segurança jurídica, a padronização dos procedimentos e a integridade do processo de votação, publica a presente Circular para disciplinar situações não previstas expressamente no Decreto.

1. Da finalidade da Circular

A presente Circular tem por objetivo uniformizar procedimentos em situações específicas que não constam de forma detalhada no Decreto Municipal, prevenindo dúvidas, impugnações e riscos à validade do processo.

2. Do conceito de “responsável legal apto a votar”

Para fins da Consulta Popular, considera-se responsável legal apto a votar:

- a) pai ou mãe;
- b) tutor, guardião ou detentor de guarda judicial;
- c) responsável cadastrado como responsável principal no sistema escolar, quando não houver documento judicial formal.

Parágrafo único: Na ausência de documento judicial, será aceita declaração de responsabilidade, acompanhada da conferência dos dados cadastrais da escola.

3. Do exercício do voto por aluno

A interpretação adotada é a seguinte:

Cada estudante gera um único direito de voto, exercido exclusivamente por seu responsável legal.

O voto é vinculado ao aluno, não ao núcleo familiar.

4. Situações específicas

4.1. Criança com pais, mas cuidada por outro familiar ou terceiro

O voto será exercido pelo responsável que apresente:

1. guarda judicial; ou

2. termo formal de responsabilidade; ou

3. cadastro como responsável no sistema da escola.

Na inexistência de documento judicial, será aceita declaração simples, com conferência do cadastro escolar.

4.2. Dois filhos sob responsabilidades diferentes (cada pai com um filho)

Quando cada responsável exerce de fato ou de direito a responsabilidade individual sobre uma criança:

Cada responsável poderá votar pelo aluno que está sob seus cuidados.

Não há duplicidade, pois os votos estão vinculados a alunos diferentes.

4.3. Guarda compartilhada

Nos casos de guarda compartilhada, o voto será exercido por um dos responsáveis, conforme o Decreto e observando:

a) identificação do responsável principal no sistema escolar; ou

b) apresentação de declaração conjunta ou individual para representar o aluno na votação.

5. Documentos aceitos

Para votar, são aceitos:

1. Documento oficial com foto;

2. Comprovação de vínculo por:

sistema escolar,

documento judicial,

termo de responsabilidade,

declaração conforme modelo da Comissão.

6. Duplicidade de registro de responsáveis no sistema escolar

Quando o sistema apresentar duplicidade do mesmo responsável, com nome ou CPF repetido em mais de uma lista (em razão de múltiplos filhos matriculados), ficam determinadas as seguintes regras:

1. O responsável terá direito a apenas um voto, conforme previsto no Decreto Municipal.

2. A mesa poderá localizar o responsável em qualquer uma das listas para permitir o voto.

3. O voto será registrado na Lista de Voto Efetivado, controlada por nome e CPF, impedindo nova votação.

4. A presença do mesmo responsável em diversas listas não gera direito a votos adicionais, sendo atribuída ao funcionamento do sistema educacional.

5. A Comissão manterá uma Lista Unificada de Responsáveis, consolidando CPF, nome, alunos vinculados e situação de voto, para controle, segurança e transparência.

6. A duplicidade de registro não poderá ser usada para fundamentar impugnação ou contestação da votação, desde que o controle por CPF tenha sido aplicado.

7. Da força normativa desta Circular

A presente Circular não altera o Decreto Municipal, mas regulamenta situações omissas, garantindo a correta execução do processo, em conformidade com a competência da Comissão Consultiva.

8. Vigência

Esta Circular entra em vigor a partir da sua assinatura, devendo ser divulgada às equipes gestoras, servidores e comunidade escolar.

Morretes, 30 de novembro de 2025.

Norma Sueli Fonseca de Araújo

Presidente da Comissão

Natali Ester Matoso

Secretária